



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

**MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA Nº0010/2025**

Custódia/PE, em 11 de novembro de 2025.

Senhores (as) Vereadores (as),

Apresento à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que institui o Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial e de Proteção dos Povos Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Custódia. Esta proposta nasce da realidade concreta e inegável de que Custódia possui a maior população quilombola do Estado de Pernambuco, com mais de 7.700 pessoas auto identificadas, representando mais de 20% da população municipal. Este dado não é estatístico apenas, mas expressão identitária, social, histórica e territorial de quem somos enquanto Município. Aqui, o reconhecimento e a proteção das comunidades quilombolas não é retórica ou simbolismo: é dever institucional, constitucional e ético.

O Estatuto que apresento viabiliza a execução concreta de direitos já reconhecidos nacional e internacionalmente, incorporando no âmbito municipal as diretrizes da Constituição Federal, da Convenção 169 da OIT, da Lei Federal nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e do Decreto Federal nº 6.040/2007 (Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais). Trata-se de instrumento jurídico de efetivação territorial de direitos, transformando princípios gerais em instrumentos efetivos e fiscalizáveis no Município de Custódia.

O Projeto de Lei traz inovações práticas, estruturantes e permanentes: cria o Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial – SIMIR; institui a Consulta Livre, Prévia e Informada, com caráter vinculante; determina reserva mínima anual de 1% da Receita Corrente Líquida para políticas raciais; estabelece reserva de 30% das vagas em concursos públicos municipais, sendo 21% para pretos e pardos, 2% para indígenas e 7% para quilombolas; define reserva mínima de 10% das compras públicas municipais para economia quilombola, negra e indígena; cria mecanismos de responsabilização administrativa para coibir o racismo institucional; fortalece políticas públicas específicas para juventude negra, mulheres negras, saúde quilombola, educação, cultura, economia e memória.

Este Estatuto é um marco histórico. Ele posiciona Custódia como referência nacional em



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

proteção quilombola, enfrentamento ao racismo estrutural e construção de políticas de equidade racial de forma séria, estável, contínua e com controle social efetivo. Não se trata de privilégio: trata-se de justiça. Trata-se de equidade constitucionalmente prevista, orientada por dados, alinhada a tratados internacionais e amparada por jurisprudência, que reconhece que desigualdades raciais exigem políticas públicas específicas para que o princípio da igualdade se realize de forma concreta.

Por todos esses fundamentos, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto de Lei, compreendendo que sua aprovação não apenas fortalece direitos, mas projeta Custódia como município que escolhe o caminho da dignidade, da reparação, da justiça racial e do compromisso com sua própria história, sua gente e seu futuro.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

**ALYSSON POSSIDÔNIO AMARAL SANTOS**  
VEREADOR DO MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

**PROJETO DE LEI Nº 0010, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**EMENTA:** Institui o Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial e de Proteção dos Povos Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Custódia, e dá outras providências.

**O VEREADOR ALYSSON POSSIDONIO AMARAL SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem apresentar à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

**TÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído o Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial e de Proteção dos Povos Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Custódia, com o objetivo de promover, proteger, garantir e assegurar direitos, liberdades, oportunidades, reconhecimento, reparação histórica, justiça racial, justiça territorial e eliminação de todas as formas de discriminação racial, institucional ou estrutural.

**Art. 2º** O presente Estatuto regerá a Política Municipal de Igualdade Racial, estabelecendo princípios, diretrizes, instrumentos, governança, mecanismos de execução, financiamento e controle social no âmbito do Município de Custódia.

**Art. 3º** Para os efeitos deste Estatuto, aplicam-se as definições previstas na Constituição Federal, Convenção 169 da OIT, Lei Federal nº 12.288/2010, Decreto Federal nº 6.040/2007, legislação estadual correlata e demais normas protetivas nacionais e internacionais de direitos humanos.

**Art. 4º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

- I – População Negra: pessoas que se autodeclarem pretas ou pardas;
- II – Racismo Institucional: ação ou omissão institucional, direta ou indireta, que resulte em diferenciação, desigualdade, exclusão ou violação de direitos de caráter racial;
- III – Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs): grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social e que utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica;
- IV – Comunidades Quilombolas: grupos étnico-raciais, predominantemente negros, organizados a partir de relações territoriais específicas, historicamente associados à resistência ao racismo, escravidão e colonialidade, auto definidos conforme auto identificação censitária e comunitária;
- V – Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI: processo obrigatório, contínuo, transparente,



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

participativo, não meramente opinativo, a ser realizado antes de qualquer decisão administrativa que possa afetar PCTs;

VI – Heteroidentificação: procedimento complementar de confirmação da autodeclaração, garantido contraditório e ampla defesa, para fins de políticas de cotas previstas neste Estatuto.

**Art. 5º** O reconhecimento da identidade étnico-racial é direito personalíssimo, coletivo, político e imaterial, assegurado pelo Município.

## TÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES

**Art. 6º** São princípios da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial:

- I – dignidade humana,
- II – justiça racial e reparação histórica,
- III – equidade,
- IV – proporcionalidade territorial quilombola,
- V – reconhecimento da pluralidade étnico-racial do Município,
- VI – autodeterminação dos povos,
- VII – respeito às formas próprias de vida, cultura, cosmologias, espiritualidades e matrizes civilizatórias africanas e indígenas,
- VIII – transversalidade intersetorial permanente.

**Art. 7º** São objetivos do Estatuto:

- I – reduzir desigualdades raciais e territoriais;
- II – promover o enfrentamento ao racismo institucional;
- III – assegurar prioridades para comunidades quilombolas em razão de sua representatividade demográfica histórica no Município;
- IV – implementar políticas afirmativas contínuas e permanentes no âmbito municipal;
- V – incorporar, proteger, fortalecer e valorizar saberes tradicionais, formas de vida, cultura e ancestralidade dos PCTs e das Comunidades Quilombolas.

**Art. 8º** São diretrizes:

- I – transversalidade obrigatória da política racial em todas as políticas municipais;
- II – prioridade territorial quilombola em políticas públicas;
- III – consulta prévia vinculante em atos que afetem PCTs;
- IV – monitoramento contínuo, público e permanente dos indicadores raciais municipais;



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

V – controle social com maioria quilombola no conselho;

VI – participação comunitária como elemento vinculante de governo.

### **TÍTULO III**

#### **DA GOVERNANÇA, DO SISTEMA MUNICIPAL E DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Art. 9º** Fica instituído o Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial – SIMIR Custódia, como arranjo permanente de execução, articulação, planejamento, financiamento, monitoramento e controle social da Política Municipal de Igualdade Racial.

**Art. 10.** O SIMIR será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela articulação intersetorial, integração de políticas, execução técnica e coordenação geral do Estatuto.

**Art. 11.** São componentes do SIMIR:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social (órgão central);

II – demais Secretarias Municipais;

III – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

IV – Comitês Técnicos Setoriais;

V – Observatório Municipal da Igualdade Racial;

VI – Fórum Permanente Quilombola Municipal.

**Art. 12.** O Município priorizará articulação com órgãos estaduais e federais, especialmente CONAQ, ITERPE, INCRA, Ministério da Igualdade Racial, SUAPI/MJSP, CNDH, universidades e redes nacionais.

**Art. 13.** O Poder Executivo poderá firmar convênios, parcerias, termos de cooperação, termos de compromisso e consórcios públicos para execução das políticas previstas neste Estatuto.

### **TÍTULO IV**

#### **DA CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA – CLPI**

**Art. 14.** Fica instituída, no âmbito do Município de Custódia, a Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI, como requisito obrigatório, vinculante e condição de validade para qualquer decisão, norma, ato administrativo, projeto, programa, serviço, obra pública, licenciamento ou intervenção municipal que afete direta ou indiretamente Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente Comunidades Quilombolas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

**Art. 15.** A CPLI deverá ser realizada anteriormente à tomada de decisão final pela Administração Pública Municipal.

**Art. 16.** A CPLI observará as seguintes garantias essenciais:

- I – consulta territorializada, comunitária e descentralizada;
- II – metodologia definida junto às comunidades afetadas;
- III – linguagem adequada, acessível e compreensível;
- IV – respeito à autodeterminação, protocolos comunitários próprios e métodos autônomos de decisão interna;
- V – tempo adequado para análise pela comunidade;
- VI – publicidade ativa em todas as etapas;
- VII – registro formal, audiovisual, documental e ata comunitária como instrumento jurídico válido.

**Art. 17.** O Município deverá respeitar protocolos comunitários próprios de consulta existentes ou reconhecidos como legítimos pelas comunidades afetadas.

**Art. 18.** Caso o Município decida de forma divergente ao resultado da CPLI, deverá apresentar motivação técnica, jurídica e social expressa, fundamentada e pública, demonstrando inexistência de violação de direitos fundamentais, sob pena de nulidade do ato.

**Art. 19.** A CPLI será acompanhada pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, pela representação quilombola local e por observadores comunitários.

## **TÍTULO V**

### **DA PRODUÇÃO DE DADOS, MONITORAMENTO E PESQUISA**

**Art. 20.** Fica instituído o Observatório Municipal da Igualdade Racial, vinculado ao SIMIR, com a finalidade de produzir, sistematizar, publicar e monitorar dados raciais municipais, indicadores sociais, econômicos, culturais, educacionais, de segurança pública e de políticas públicas, com recorte específico quilombola, indígena e negro.

**Art. 21.** O Observatório deverá publicar, no mínimo duas vezes ao ano, boletins públicos de acompanhamento.

**Art. 22.** O Município fomentará pesquisa acadêmica municipal, convênios com instituições públicas, universidades, institutos federais, entidades comunitárias, inclusive quilombolas, para produção científica, formação técnica, pesquisa aplicada e extensão.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

**TÍTULO VI**

**DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

**Art. 23.** Fica criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – CMPIR, órgão colegiado permanente, consultivo, deliberativo, fiscalizador, formulador e controlador da Política Municipal da Igualdade Racial.

**Art. 24.** O CMPIR deverá ter composição paritária, com mínimo de 50% (cinquenta por cento) de representação negra e quilombola.

**Art. 25.** Compete ao CMPIR:

- I – deliberar sobre diretrizes e instrumentos da política municipal de igualdade racial;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução da política municipal;
- III – fiscalizar a execução do orçamento anual destinado ao Estatuto;
- IV – orientar formação continuada para agentes públicos;
- V – acompanhar processos de heteroidentificação;
- VI – acompanhar CPLI;
- VII – deliberar sobre critérios e distribuição de recursos do Fundo Municipal.

**TÍTULO VII**

**DO FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

**Art. 26.** Fica criado o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial – FUMPIR, vinculado ao SIMIR.

**Art. 27.** Constituirão receitas do FUMPIR:

- I – dotações orçamentárias específicas;
- II – transferências federais e estaduais;
- III – doações nacionais e internacionais;
- IV – termos de ajustamento de conduta;
- V – multas administrativas aplicadas com fundamento neste Estatuto.

**Art. 28.** O Município deverá garantir mínimo de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida anual destinada especificamente para execução das políticas previstas neste Estatuto.

**TÍTULO VIII**

**DAS POLÍTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**

**Estado de Pernambuco  
CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

**Art. 29.** O Município reservará mínimo de 10% (dez por cento) de seu volume anual de contratações públicas destinadas a bens e serviços vinculados à agricultura familiar, economia solidária, cultura, turismo étnico, produção comunitária, serviços e empreendimentos de matriz quilombola, indígena ou negra.

**Art. 30.** O Município poderá estabelecer margens de preferência social em processos licitatórios, respeitando a legislação federal, com priorização para empreendimentos quilombolas.

### **TÍTULO IX**

#### **DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS**

##### **CAPÍTULO I**

###### **DA EDUCAÇÃO**

**Art. 31.** O Município promoverá políticas educacionais específicas de enfrentamento ao racismo, valorização de matrizes africanas e indígenas e proteção ao conhecimento e saberes quilombolas.

**Art. 32.** É obrigatória em todas as escolas municipais a implementação da educação das relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana, Quilombola e Indígena em todos os níveis e modalidades, conforme Lei Federal nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

**Art. 33.** O Município estimulará a produção de materiais didáticos quilombolas, indígenas e afrocentrados, com participação direta das comunidades.

**Art. 34.** O Município apoiará, fomentará e estimulará a educação escolar quilombola em Custódia.

##### **CAPÍTULO II**

###### **DA SAÚDE**

**Art. 35.** O Município adotará ações de promoção da saúde, prevenção, vigilância e cuidado integral à saúde da população negra, quilombola e indígena, respeitando práticas comunitárias próprias, formas de cura tradicionais, fitoterapia e religiosidades de matriz africana.

**Art. 36.** A Secretaria Municipal de Saúde deverá desenvolver protocolos de atenção específica à saúde para quilombolas.

##### **CAPÍTULO III**

###### **DA CULTURA E MEMÓRIA**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**

**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

**Art. 37.** O Município reconhecerá e protegerá bens culturais quilombolas, memoriais, espaços sagrados, rituais, formas de expressão, patrimônio imaterial e material.

**Art. 38.** O Município criará programa permanente de registro, preservação e salvaguarda de memória quilombola.

### **CAPÍTULO IV**

#### **SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO**

**Art. 39.** O Município instituirá políticas preventivas específicas para proteção de quilombolas frente a violência racial, letalidade e violência política.

**Art. 40.** O Município poderá propor protocolos interinstitucionais com o Estado de Pernambuco para proteção urgente, imediata e prioritária de lideranças quilombolas sob ameaça.

### **CAPÍTULO V**

#### **JUVENTUDE NEGRA E QUILOMBOLA**

**Art. 41.** O Município criará políticas públicas específicas para juventude negra, quilombola e indígena, priorizando acesso à educação, cultura, ciência, tecnologia, cursos técnicos, esporte, renda e economia criativa.

### **CAPÍTULO VI**

#### **MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**

**Art. 42.** O Município desenvolverá políticas específicas para promoção da dignidade, saúde, educação, proteção, segurança, autonomia econômica, participação política e enfrentamento à violência contra mulheres negras, indígenas e quilombolas.

### **CAPÍTULO VII**

#### **ECONOMIA, TRABALHO E RENDA**

**Art. 43.** O Município fomentará o empreendedorismo negro, indígena e quilombola, economia afrocentrada, iniciativas comunitárias, cooperativas, redes solidárias e cadeias produtivas territoriais tradicionais.

## **TÍTULO X**

### **DA AÇÃO AFIRMATIVA NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

**Art. 44.** Fica instituída a reserva mínima total de 30% (trinta por cento) das vagas em concursos públicos e processos seletivos do Município de Custódia para políticas de ação afirmativa racial.

**Art. 45.** A reserva prevista no artigo anterior será distribuída internamente da seguinte maneira:

I – 20% (vinte e um por cento) para pessoas negras (pretas e pardas);

II – 8% (oito por cento) para quilombolas;

III – 2% (dois por cento) para indígenas.

**Art. 46.** O percentual quilombola previsto no inciso III do artigo anterior constitui piso mínimo, não podendo ser reduzido em hipótese alguma.

**Art. 47.** Os percentuais previstos neste Título aplicar-se-ão mesmo quando editais municipais preverem políticas afirmativas gerais ou distribuição interseccional diversa.

## **CAPÍTULO II**

### **DA HETEROIDENTIFICAÇÃO E DO COMBATE À FRAUDE**

**Art. 48.** A autodeclaração é o critério inicial para acesso às políticas afirmativas previstas neste Estatuto, sendo garantido o direito à autoidentificação.

**Art. 49.** Fica instituído procedimento de heteroidentificação como etapa complementar, destinado a coibir fraudes, assegurando contraditório, ampla defesa, recurso e garantia de continuidade do candidato na ampla concorrência.

**Art. 50.** As comissões de heteroidentificação serão compostas prioritariamente por pessoas negras e quilombolas, devendo suas decisões ser fundamentadas, públicas e registradas.

**Art. 51.** Constitui infração administrativa grave a fraude ou tentativa de fraude em políticas de cotas raciais municipais, sujeitando o infrator às penalidades previstas neste Estatuto, sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e por improbidade.

## **TÍTULO XI**

### **DO ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL**

**Art. 52.** Fica proibida toda prática de racismo institucional por agentes públicos municipais, servidores, ocupantes de cargos em comissão, empregados públicos ou qualquer pessoa atuando em função estatal municipal.

**Art. 53.** Considera-se racismo institucional, para fins deste Estatuto, toda ação ou omissão que, direta ou indiretamente, produza diferenciação, exclusão ou violação de direitos em razão de raça,



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

cor, etnia ou origem, incluindo práticas discricionárias desiguais no atendimento público, acesso a políticas e execução de serviços públicos.

**Art. 54.** O Município deverá desenvolver programas de formação continuada para agentes públicos sobre racismo estrutural, racismo institucional, letramento racial, direitos humanos e direitos quilombolas.

## **TÍTULO XII**

### **DAS RESPONSABILIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 55.** Constitui infração administrativa, sem prejuízo de responsabilização civil, penal e por improbidade:

- I – impedir ou obstruir CPLI;
- II – violar protocolos comunitários reconhecidos;
- III – negar direitos assegurados por este Estatuto;
- IV – discriminar, segregar ou violar direitos quilombolas, negros ou indígenas no âmbito municipal;
- V – praticar racismo institucional ou qualquer ato de racismo.

**Art. 56.** As infrações previstas neste Estatuto serão punidas, conforme gravidade, com:

- I – advertência escrita;
- II – suspensão de função até 90 dias;
- III – multa administrativa;
- IV – desligamento de função comissionada;
- V – representação para responsabilização disciplinar, criminal e por improbidade.

## **TÍTULO XIII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 57.** O Executivo regulamentará esta Lei em até 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 58.** Nenhum dispositivo deste Estatuto poderá ser interpretado para reduzir direitos já existentes ou reconhecidos em norma superior.

**Art. 59.** O Município priorizará, na elaboração do PPA, LDO e LOA, políticas explicitamente destinadas às Comunidades Quilombolas e demais PCTs.

**Art. 60.** Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUSTÓDIA**  
**Estado de Pernambuco**  
**CASA JOÃO MIRO DA SILVA**

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2025.

**ALYSSON POSSIDONIO AMARAL SANTOS**

VEREADOR DO MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA